

MULHERES ABOLICIONISTAS: PROBLEMÁTICAS, INSPIRAÇÕES E POSSIBILIDADES A PARTIR DA MICRO-HISTÓRIA E DA HISTÓRIA GLOBAL (PORTO ALEGRE, SÉCULO XIX)

ABOLITIONIST WOMEN: PROBLEMS, INSPIRATIONS AND POSSIBILITIES FROM MICROHISTORY AND GLOBAL HISTORY (PORTO ALEGRE, XIX CENTURY)

Tuane Ludwig Dihl¹

Resumo: Neste artigo pretendeu-se realizar um exercício teórico-metodológico sobre o conjunto de fontes que integra a pesquisa de doutoramento da autora, a qual se dedica à análise de mulheres abolicionistas em Porto Alegre. As perspectivas da Micro-História e da História Global forneceram subsídios para o refinamento desse estudo por meio de problemáticas, inspirações e possibilidades. Foi possível perceber que as aproximações à Micro-História mostraram-se mais concretas, dada a utilização do método onomástico e da investigação das racionalidades individuais e coletivas das abolicionistas. Por outro lado, as reflexões a partir da história global abriram perspectivas de pesquisa, como as personagens terem integrado uma rede abolicionista transatlântica, por exemplo.

Palavras-chave: Mulheres abolicionistas. Porto Alegre. Micro-história. História Global.

Abstract: This article aimed to conduct a theoretical-methodological exercise on the set of sources that integrate the author's doctoral research, which is dedicated to the analysis of abolitionist women in Porto Alegre. The perspectives of Microhistory and Global History provided insights into the refinement of this study through problematics, inspirations, and possibilities. It was possible to realize that the approaches to microhistory were more concrete, given the use of the onomastic method and the investigation of the individual and collective rationalities of the abolitionists. On the other hand, reflections from global history have opened research perspectives, such as the characters have integrated a transatlantic abolitionist network, for example.

Keywords: Women abolitionists. Porto Alegre. Micro-history. Global History.

O objetivo deste artigo é realizar um exercício teórico-metodológico sobre um específico conjunto de fontes, coletado em pesquisa que visa a análise das trajetórias de mulheres abolicionistas em Porto Alegre e suas respectivas agências no movimento pelo fim da escravidão. Alguns conceitos e aspectos da Micro-História e da História Global forneceram subsídios para problematizar, encontrar inspirações e traçar novas perspectivas para essa proposta de pesquisa. Tais reflexões aparecerão costuradas no texto à narrativa de pesquisa da autora nas fontes e acervos consultados por ela até

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos. E-mail: tuane.ludwig.dihl@hotmail.com

então em seu doutoramento, sendo a primeira parte do artigo dedicada àquelas relacionadas à Micro-História e a segunda parte à História Global.

A Micro-História na pesquisa das abolicionistas porto-alegrenses

Visando visibilizar as porto-alegrenses que atuaram no abolicionismo dessa capital, o ponto de partida foi identificar seus nomes nos documentos que guardam a versão oficial desse fato: o Livro de Ouro e as atas do Centro Abolicionista. O Livro de Ouro foi criado em 1º de março de 1884 por uma deliberação unânime da Câmara Municipal da capital da província, com a finalidade de registrar os nomes dos cidadãos e das associações que mais contribuíram para a completa obra da emancipação.

Na primeira das 150 páginas que integra este manuscrito salienta-se que o destaque especial deveria ser dado ao nome daqueles que “espontaneamente e independente de ônus libertaram seus escravos” (AHPAMV – Câmara Municipal de Porto Alegre – Livro de assuntos diversos nº1). As outras fontes citadas datam também de 1884 e seguem a mesma lógica de inscrever os colaboradores da abolição, apresentando outras determinações do Centro Abolicionista. Tal congregação foi criada em 28 de setembro de 1884 com o “objetivo de aglutinar esforços emancipacionistas, garantindo a liderança do movimento para personalidades políticas” (MOREIRA, 2003, p.169). Da leitura dos dois referidos registros históricos desprenderam-se o nome de 22 mulheres que teriam, então, colaborado com o feito da emancipação dos escravos da capital. São elas:

Amália Haensel, Alfonsina dos Reis, Cândida de Oliveira Vale, Carolina Koseritz, Clara de Abreu e Silva, Elisa Camargo, Francisca de Menezes Lara, Inês Cordeiro, Isabel Perpétua Gonçalves de Medeiros, Honorina Castilhos, Júlia Dias de Castro, Julia dos Santos Lara, Julia Keller, Julieta de Oliveira, Leopoldina Chaves, Margarida Salgado, Maria Carlota Viera, Maria Jesuína Araponga Gay, Maria Luiza Fernandes Barcelos, Maria Miguelina Werna, Maria Matilde Hasslocher e Sofia Veloso. (AHPAMV – Câmara Municipal de Porto Alegre – Livro de assuntos diversos nº1)

Da identificação do grupo de mulheres abolicionistas partimos à investigação individual delas, pretendendo estabelecer a composição de uma cartografia social. Essa *cartografia social* assemelha-se ao método prosopográfico, mesmo que a sua plena execução encontre muitos percalços, devido ao caráter fragmentado dos indícios

biográficos encontrados sobre essas mulheres, militantes da campanha abolicionista local. Segundo Lawrence Stone:

A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história, por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência profissional e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos deste universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação. (STONE, 2011, p. 115)

À vista disso, o percurso da pesquisa vem sendo trilhado com base naquele que é um dos métodos mais utilizados pela Micro-História: o onomástico. O nome, para Carlo Ginzburg (1989), é o principal identificador no universo social e também o guia do historiador nos arquivos. Segundo esse autor, “as linhas que convergem para o nome e que dele partem” compõem “uma malha fina”, que dá “ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (GINZBURG, 1989, p.175). A pesquisa nominal, nesses moldes, contribuirá para a visualização das ativistas da abolição em suas individualidades e em suas redes de sociabilidades. As *vicissitudes biográficas* dessas fragmentadas trajetórias, tem nos permitido visibilizar essas mulheres em suas aparições na cena pública marcada pela campanha pela emancipação dos cativos, nos últimos anos do Império. Quando falamos em trajetórias, pensamos como ensinado por Pierre Bourdieu:

[...] como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes. [...] Os acontecimentos biográficos definem-se antes como alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado. [...] Isso é, não podemos compreender uma trajetória, a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou; logo o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontaram no mesmo espaço de possíveis (BOURDIEU, 1998, p. 189-190).

A exemplo do “paradigma indiciário” proposto por Ginzburg (1989), identificamos indícios e sinais das trajetórias destas abolicionistas em variados e abundantes documentos, analisando-os exaustivamente e costurando-os na composição

da trama histórica a ser reconstituída. Ótica, por sua vez, escolhida por considerar que um boa parte das fontes disponíveis não foi produzida por grupos subalternizados ou oprimidos - caso das mulheres, por exemplo. A perspectiva indiciária faz ainda mais sentido se levarmos em conta que se trata de uma pesquisa que tem mulheres como protagonistas e de que a maioria das fontes do século XIX (e as utilizadas até então) foram forjadas por homens.

A fim de aumentar o escopo da pesquisa documental à procura de pistas sobre as abolicionistas, passamos a nos aproximar do contexto familiar das mesmas. Assim, tornando possível a identificação das condições socioeconômicas que elas dispunham e demais aspectos que podem ter contribuído para suas formações pessoais, profissionais e políticas. Para colocar em prática essa tática, foi necessário, em primeiro lugar, reconhecer quem eram os indivíduos que compartilhavam laços familiares com aquelas mulheres. Nesse sentido, rastreamos nas fontes oficiais da abolição de Porto Alegre nomes masculinos que pudessem assinalar tais ligações. E, por meio do cruzamento com outros documentos, percebemos que se tratavam de pais e/ou maridos.

A decisão pelo rastreamento dos nomes masculinos também sofreu influência das considerações de Ângela Alonso para a participação das mulheres no abolicionismo brasileiro. Para a autora, uma das principais possibilidades femininas de adentrarem ao dito movimento e às suas associações era “de braço com marido, pai ou irmão abolicionista” (ALONSO, 2011, p.186).

Tabela 1. As mulheres abolicionistas, os pais e os maridos.

Mulheres	Homens	Laço familiar
Alfonsina dos Reis	Boaventura Augusto dos Reis	Incógnito
	General Salustiano Jerônimo dos Reis	Incógnito
Cândida de Oliveira Vale	Tenente Coronel João Batista Oliveira Vale	Filiação
Carolina von Koseritz	Carlos von Koseritz	Filiação
Francisca de Menezes Lara	Dr. Antônio Lara da Fontoura	Incógnito
Honorina Castilhos	Júlio de Castilhos	Matrimônio
Julia dos Santos Lara	Dr. Antônio Lara da Fontoura	Incógnito
Julietta de Oliveira	Tenente Coronel João Batista Oliveira Vale	Incógnito
Margarida Salgado	Coronel Joaquim Pedro Salgado	Filiação
Maria Carlota Vieira	Damasceno Vieira	Incógnito

Maria Jesuína Araponga Gay	Tenente Némezio Gay	Matrimônio
	Polycarpo Antônio do Amaral	Filiação
Maria Matilde Hasslocher	Germano Hasslocher	Filiação
Maria Miguelina Werna	Miguel de Werna	Filiação
Sofia Veloso	Francisco José Veloso	Matrimônio

Fonte: elaboração da autora.

Conforme os dados expostos na tabela acima, é possível perceber a presença de 9 vínculos parentais estabelecidos entre 8 mulheres e 9 homens mencionados no Livro de Ouro e na atas do Centro Abolicionista. A confirmação e a precisão dessas relações ocorreram principalmente a partir do cruzamento com *Habilitações de Casamento* do acervo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). Esses documentos eclesiásticos geralmente trazem transcritas as certidões de batismo dos noivos, uma vez que a apresentação das mesmas era requisitada pela Igreja Católica para autorizar a cerimônia religiosa de união matrimonial.

Para as outras 6 conexões apresentadas na tabela acima ainda não encontramos documentos que permitam cruzar informações, sendo apenas hipóteses. Destacamos também desses dados a probabilidade de laços familiares entre as próprias abolicionistas, caso de Francisca de Menezes Lara e Julia dos Santos Lara, e, Cândida de Oliveira Vale e Julieta de Oliveira. Essas imprecisões estão muito relacionadas aos limites do próprio método onomástico, visto que se tratam de nomes corriqueiros que acabam gerando uma grande quantidade de homônimos. De qualquer forma, parece-nos que a maioria dessas mulheres era pertencente a setores sociais da elite ou de agrupamentos sociais urbanos intermediários.

A inscrição de insígnias de poder antecedendo o nome dos pais e maridos das abolicionistas, como “Dr.,” “tenente”, “coronel” e “general”, já nos indicam que se tratavam de indivíduos que dispunham de prestígio social, brancos ou socialmente brancos. Noutros casos, também constatamos que alguns desses homens foram conhecidas figuras da política de Porto Alegre, caso de Carlos Von Koseritz, Francisco Haensel e Júlio de Castilhos. Assim, há produções historiográficas sobre eles e que igualmente nos aproximam da vivência familiar das abolicionistas. De modo geral, os nomes masculinos associados às mulheres têm facilitado acessar principalmente inventários *post-mortem*,

nos quais é possível adensar as ligações parentais que as cercavam, bem como as condições socioeconômicas que dispunham.

A constatação de que uma boa parte daquelas mulheres era “acompanhada” pelo pai e/ou marido advertiu para uma problemática central que emerge dessas fontes, isto é, a negação do protagonismo político feminino no movimento pela libertação dos escravos. Afinal, devemos lembrar que as fontes oficiais desse fato foram formuladas e forjadas por homens para visibilizar seus próprios protagonismos. Portanto, as senhoras inscritas nesses documentos só estão ali porque os autores homens permitiram, cabendo-lhes o papel de figurantes.

Os compositores desses relatos trataram de delimitar não só o papel das mulheres, mas de outros grupos sociais envolvidos no abolicionismo. Analisando a “memória social” da abolição em Porto Alegre, Paulo Moreira (2003, p. 170-171) argumentou que as fontes oficiais desse fato trazem uma “narrativa cronologicamente linear e aparentemente abrangente dos passos do movimento emancipacionista”, enaltecendo algumas figuras da época (políticos e grandes negociantes), desprezando outras (como o professor Apolinário Porto Alegre) e excluindo os escravizados do processo de suas libertações².

Não podemos deixar de assinalar, ainda que brevemente, que versões semelhantes foram corroboradas pela imprensa porto-alegrense. Os jornais noticiaram o envolvimento feminino no abolicionismo da capital destacando o caráter humanitário que, segundo seus redatores, era o que motivava as ações das mulheres nesse movimento. É possível reconhecer tais características numa entre outras publicações do folhetim republicano *A Federação*, onde se narra a organização de uma *Quermesse*.

[...] A comissão de senhoras tomou a peito a ideia de quermesse, e é de vê-las no empenho em que se acham.

Saí um cidadão à rua, a tratar dos seus deveres, e quando volta à rua, a tratar dos seus deveres, e quando volta à casa, acha sobre a mesa duas ou três ou mais circulares, assim redigidas mais ou menos:

Illm sr. – Tendo sido nomeada para a comissão de senhoras, que tem de levar a efeito a quermesse em favor dos cativos, espero que v.s. não deixará de enviar-me qualquer prenda para tão humanitário fim.

E, para uma coincidência feliz nesta luta toda de virilidade, caiba à mulher, com as suas belas mãos delicadas, esse golpe salvador.

Á quermesse! (*A Federação*, Porto Alegre, 18 de agosto de 1884, p.1)

² Outro estudo que aborda a construção de uma “memória social” do abolicionismo porto-alegrense e a exclusão da participação dos negros pode ser encontrado em ZUBARAN (2012).

Dos eventos abolicionistas de Porto Alegre organizados por mulheres, a *Quermesse* certamente foi o mais divulgado na imprensa. Ocorrido em 7 de setembro de 1884, na praça central de Porto Alegre, visou levantar fundos para a emancipação dos escravizados por meio da venda de objetos doados pela elite da capital. O significado político dessa atividade foi, conforme o trecho referenciado anteriormente, ocultado em detrimento da exaltação do humanitarismo e do caráter benemérito.

Ao estudarem as abolicionistas mineiras, as historiadoras Diva Muniz e Fabiana Macena (2017) constataram nas fontes de sua pesquisa a negação da ação das mulheres nessa luta como políticas. Segundo as autoras, embora estivessem participando ativamente das lutas pela abolição em Minas Gerais:

[...] suas presenças na cena política, suas práticas políticas e históricas, não são vistas como expressões de suas escolhas e posicionamentos políticos. Pelo contrário, são significadas como ações beneméritas, como generosidade e altruísmo próprios do sexo feminino, sem existência própria, cujo sentido naquela sociedade é justamente viver para o outro, dedicar-se a alguém. Trata-se, enfim, de um modo de ver misógeno e androcêntrico que desautoriza o viés político das ações das mineiras nas campanhas abolicionistas; são ações esvaziadas desse sentido, ao serem nomeadas como humanitárias ou filantrópicas (MUNIZ, MACENA, 2017, p. 50).

Para que possamos romper com as versões que não só diminuem a atuação das mulheres no abolicionismo porto-alegrense, mas que também negam a capacidade política das mesmas, necessitamos ir além da problematização das fontes e pensar teoricamente acerca do indivíduo em relação aos contextos. Nessa etapa, as contribuições da Micro-História são ainda mais evidentes e importantes para a construção de uma narrativa histórica que aborde as mulheres como protagonistas na luta social que se travou em torno da libertação dos escravizados. Afinal, conforme vários autores já ressaltaram (LIMA, 2012; SCHMIDT, 2012), os micro-historiadores foram responsáveis por promover uma renovação na forma de estudar os indivíduos na História, especialmente aqueles pertencentes às classes populares ou socialmente excluídos.

As reflexões de Giovanni Lévi são as que mais fornecem subsídios à estruturação de nossa pesquisa. O autor acredita ser papel dos historiadores captar a complexidade da realidade humana por meio de uma narrativa que demonstre a utilização consciente

dos recursos materiais e imateriais pelos indivíduos históricos, mostrando-os agindo dentro de suas realidade normativas, muitas vezes opressoras (LÉVI, 2000). Nessa linha, Lévi vem aprofundando em estudos mais recentes a importância de se estudar a racionalidade humana, em sua pluralidade e (in)coerência. Ao mesmo tempo, ele salienta as dificuldades dessa tarefa para o historiador, uma vez que só se tem acesso aos fragmentos externados dessas racionalidades.

Trabalhamos sobre documentos e sobre pessoas apenas quando há algo dito, de evidente, mas o que passa nas cabeças das pessoas nem as pessoas mesmas sabem. Mas temos a impressão de que falta algo de diferente, de não coerente. Ademais, temos uma vida dupla: se estamos conscientes, temos uma vida. Quando dormimos e sonhamos, temos outra vida. Nosso inconsciente nos sugere coisas que preferimos não transformar em palavras (LÉVI, 2014, p.08).

A partir desses pressupostos é que viemos tomando cuidado para não tratar as 22 abolicionistas como um grupo homogêneo, atribuindo-lhes uma racionalidade única. Ao contrário disso, elas vem sendo pensadas individualmente. Todavia, o problema de pesquisa traçado exige que identifiquemos aspectos compartilhados por tais personagens e que nos sirvam para entender o ativismo abolicionista que as reuniu.

Lévi (2000) argumenta também que as racionalidades dos indivíduos são limitadas. Nesse sentido, como se tratam de mulheres do século XIX, sabemos que sobre elas repousavam inúmeras restrições de gênero que tendiam, principalmente, a enclausurá-las no espaço privado e familiar. Se isso por um lado limitava as ações delas, por outro, não as mantinha alheias aos assuntos políticos. Ao problematizar a dicotomia público/privado, Maria Jesus Fuente (2008) chama a atenção para a necessidade de se historicizar esses conceitos, especialmente no que tange à História das Mulheres. Segundo a autora, a educação dos filhos, as tarefas da cozinha e limpeza, a mediação com os homens da família, evidenciam a confusão dessas esferas e indicam que a família e o espaço doméstico era também um espaço de poder. Além disso, para Maria Jesús (2008, p.83): “la casa era el centro esencial desde el que se podía participar en los asuntos del mundo, aunque parte de esos asuntos solo fueran accesibles a los varones”. Assim, partimos do princípio de que aquelas mulheres que se tornaram abolicionistas não eram ingênuas e tampouco alheias às discussões políticas da época. Com base nessas considerações, alguns dilemas formaram-se: quais recursos cada uma daqueles

mulheres teve que mobilizar para conseguir extrapolar seu espaço político do âmbito político do lar para o político-público do abolicionismo? E quais das estratégias foram compartilhadas pelo coletivo?

Para explorar e narrar da forma mais apropriada a complexidade das racionalidades dos personagens, os micro-historiadores promoveram uma verdadeira redefinição da noção de contexto. De acordo com Jacques Revel (1998, p.27), a Micro-História recusa tratar o contexto como algo fixo e estático, dentro do qual e em função do qual os atores determinariam suas escolhas, ou como um pano de fundo, muitas vezes apresentado no início dos estudos. Acreditando ser necessário para compreender os comportamentos em sua multiplicidade de experiências, a preocupação da Micro-História é a de constituir a pluralidade dos cenários históricos pelos quais passam seus personagens e sobre os quais agem (REVEL, 1998). Os contextos são entendidos como múltiplos e específicos de cada sujeito, de modo que só podem ser identificados a partir da documentação analisada. À vista disso é que as questões relacionadas a esse tópico não foram exploradas especificamente neste artigo. Em razão do estágio inicial da pesquisa ainda não é possível ter uma ideia clara de quais contextos as personagens deverão ser inseridas e apresentadas, porém, já estamos observando tais questões na análise das fontes.

As possibilidades da História Global na pesquisa das abolicionistas porto-alegrenses

Conforme enfatizado anteriormente, procuramos pelo máximo de vestígios possíveis sobre cada uma das personagens destacadas, a fim de reunir subsídios que nos permitam compor (ao menos) pequenas trajetórias sobre algumas delas³. Decorrente desse esforço, algumas personagens estão se destacando nas fontes, caso de Amália

³ A escolha por trajetórias relaciona-se ao fato de que, diferente das biografias que buscam dar conta da totalidade da vida dos indivíduos, o foco recai sobre um momento específico da vida dos personagens (KARSBURG, 2015). No caso da pesquisa aqui relatada, destacar-se-á a fase abolicionista daquelas 22 mulheres. Essa considerações fazem-se necessárias, pois embora o pressuposto maior do estudo seja pensá-las enquanto um coletivo, não se descarta futuramente dar mais espaço a trajetória de uma ou outra personalidade.

Haensel, Carolina Koseritz⁴ e Maria Matilde Hasslocher. Por conseguinte, lançando mão de um conhecimento maior sobre suas vidas e levando em conta as próprias características do movimento abolicionista, algumas perspectivas de pesquisa a partir da história global alinhavaram-se como caminhos que poderão ser trilhados futuramente.

Amália Haensel nasceu em Porto Alegre em meados de 1864, foi casada com Jacinto Ferrari e não teve filhos ao longo da vida. Era a filha mais jovem de Ernesta Hasslocher Haensel e de Frederico Haensel, família que era integrada por mais dois filhos (Oscar Haensel e Waldemar Haensel) e duas filhas (Otília Haensel e Hedwiges). O pai dela era comerciante de profissão, mas foi também vice-cônsul da Prússia e deputado provincial. Amália estudou canto lírico na capital e na Alemanha (no Conservatório de Frankfurt), apresentando-se em concertos por várias cidades europeias, tornando-se uma prestigiada cantora de opera (FONTES, 2007, p.13). Após o casamento com Jacinto, instalou-se num apartamento em Porto Alegre, abandonando os palcos para atuar como professora de canto.

Embora ainda não tenhamos uma imagem mais aprofundada das viagens de Amália a Europa, sabemos que pelo menos até 1892 elas ocorreram⁵, e que em 1884 ela estava em Porto Alegre atuando no movimento abolicionista. Nessa fase de sua vida, tinha cerca de 20 anos, era solteira e, certamente, estudava canto e apresentava-se em concertos na cidade⁶. Interessa, agora, desvendar se antes disso Amália já teria passado alguma temporada no exterior. Se isso se confirmar, será possível pensar nessa personagem como uma mulher que teve acesso às ideias feministas que circulavam na época pela Europa e que pode ter trazido alguns princípios das mesmas para Porto Alegre.

⁴ Amália, Carolina e Sofia Veloso foram, inclusive, homenageadas com nomes de ruas por Porto Alegre. Conforme o levantamento organizado por Angela Fontes (2007), as ruas que levam o nome dessas mulheres estão localizadas nos bairros Rubem Berta (Rua Amália Iracema, Rua Carolina von Koseritz) e na Cidade Baixa (Rua Sofia Veloso). Apesar deste evidente reconhecimento e da integração à memória da cidade, pouco ou nada sabemos sobre essas personagens, suas vidas, histórias e, especialmente, seus papéis enquanto abolicionistas.

⁵ Conforme consta no inventário dos bens de Frederico Haensel, aberto em 1892, nessa época Amália tinha 28 anos, era solteira e encontrava-se trabalhando na Europa. (APERS – Inventário de Frederico Haensel).

⁶ Na *Gazeta de Notícias* (RJ) do dia 14 de fevereiro de 1885, encontrou-se uma publicação que relata a passagem da princesa Isabel e do Conde D'Eu por Porto Alegre. Nessa ocasião, o casal assistiu a um concerto oferecido pela Filarmônica Porto-alegrense, sendo Amália identificada como uma das artistas do espetáculo.

Uma ambição maior ainda, seria identificar Amália como componente-chave de uma rede abolicionista feminina transatlântica que pode ter se formado. Afinal, conforme defende Célia Maria Marinho de Azevedo (1996), o próprio abolicionismo deve ser tomado sob a perspectiva transatlântica, uma vez esse movimento formou-se em cada país a partir de conexões internacionais. Segundo a autora, “[...] essas conexões podiam ser vivenciadas na forma de pequenos encontros ou congressos abolicionista, correspondência pessoal entre abolicionistas de diversos países e viagens particulares de abolicionistas ao estrangeiro” (AZEVEDO, 1996, p.157).

Tais concepções nos aproxima daquela que é uma das propostas da História Global: a extrapolação das fronteiras do Estado-nação (BARROS, 2014; VENGOA, 2009; SANTOS JR., GOLDFELD, 2017). Aqueles que vem se preocupando em definir essa perspectiva historiográfica, ainda em fase de construção, tratam por destacar a necessidade dos estudos não se engessarem dentro dos limites nacionais ou regionais. Aliás, o objetivo é desenvolvê-los calcados numa ideologia que dê conta das transformações que as sociedades contemporâneas têm experimentado ao longo do tempo, buscando pensar elementos, especialmente, da globalização (VENGOA, 2009, p.307; SANTO JR., GOLDFELD, 2017, p.483).

François Hartog (2013) argumenta que os emergentes apelos a uma história mais global relaciona-se ao atual “regime de historicidade”. O qual, segundo o autor, vem se constituindo desde a queda do muro de Berlim e se caracteriza por um forte “presentismo”. Fornecendo uma visão e um posicionamento bastante críticos, Hartog assinala a noção de “Histórias conectadas”, segundo ele “menos radical” e mais sensata que outras afinadas à História Global.

Nitidamente menos radical é o apelo à noção de “histórias conectadas” para escrever, em um primeiro momento, a história contemporânea, mas igualmente para retomar com novos recursos a do passado. [...] Onde começa e onde termina uma história conectada? A identificação de conexões é, antes de tudo, um instrumento para visitar, substituir histórias excessivamente unívocas, dissimétricas, desiguais, e para sair das empacadas histórias nacionais e coloniais. Obtém-se assim ganhos de conhecimento. O historiador conexista enxerga com outros olhos suas fontes, alarga desse modo a noção de documento, multiplica seu questionário. A busca por conexões, todavia, desenhando, no fim, uma rede, não pressupõe, ao contrário que exista uma história do mundo e um possível ponto de vista único sobre ela. A história não poderia ser muito menos a soma (menos em potência) dessas conexões, já que as combinações podem ser re-agenciadas diferentemente, em função das próprias questões que coloca o historiador (HARTOG, 2013, p.178-179).

Logo, o historiador “conexista” e a História Conectada constituem-se numa interessante fonte de inspiração para a pesquisa das mulheres abolicionistas de Porto Alegre. Como assinalado anteriormente, o próprio caráter internacional do abolicionismo e a pista de que pelo menos uma das personalidades passou temporadas na Europa, podem permitir que essa proposta amadureça à medida que a pesquisa adensar-se. É válido dizer que inexistem trabalhos que incorporem as brasileiras nas redes abolicionistas transatlânticas, tampouco que as tenha como ponto de partida. À vista disso, outra das propostas da História Global encontraria eco na pesquisa, isto é, o investimento em olhares que evitem o enfoque eurocêntrico (BARROS, 2014; SANTOS JR., GOLDFELD, 2017, VENGOA, 2009).

Destacamos que o conceito de redes foi introduzido à História a partir dos micro-historiadores, tendo no clássico *Herança Imaterial*, de Giovani Lévi (2000), um importante referencial. Por meio da reconstrução dinâmica do tecido de relações interpessoais que cercam os indivíduos é viável perceber os atores como racionais, que perseguem objetivos e mobilizam para tais fins os recursos que tem à disposição. Ademais, a composição das redes é entendida como chave explicativa, uma vez que elas são elementos que abrem ou fecham o acesso às oportunidades (RAMELA, 1995)⁷. Dessa forma, ainda que não seja possível asseverar uma rede transatlântica, certamente o será num âmbito mais micro, pois as conexões familiares e sociais entre o próprio grupo pesquisado já vem ecoando da documentação, assinalando as interrelações de suas componentes⁸.

⁷ O conceito de redes emprestou valiosa contribuição aos estudos sobre a imigração, uma vez que lançou novos olhares aos imigrantes enquanto sujeitos históricos. De modo geral, os deslocamentos deixaram de ser vistos como uma ação de desesperados que teriam sido forçados a partir de seus países por uma crise econômica, para se transformar numa escolha racional dos indivíduos, motivada por estratégias de superação social (RAMELLA, 1995). Um exemplo de trabalho que materializa tais perspectivas pode ser encontrado em VENDRAME, 2016.

⁸ Ao refletir sobre o lugar da Micro-História numa época onde vigora a História global, Francesca Trivellato (2011) sugere o entrelaçamento entre o macro e o micro, a partir da mistura de elementos de análise e narração da Micro-História no palco global. Nesse sentido, a autor explana a forma que encontrou para aplicar tais ideias no estudo que realizou sobre um grupo de judeus na Cidade portuária da Toscana de Livorno e suas redes comerciais do século XVII. Trivellato (2011, p.15) constatou que esses judeus estabeleceram “networks within networks”, uma vez que elas incluíam além de numerosos parentes e correligionários, alguns católicos e hindus da Índia portuguesa, de modo a constituir laços de solidariedade coletivos que não ocasionavam em trocas culturais, apenas econômicas. As considerações de Trivellato acerca de “redes dentro de redes”, emprestam alguma inspiração para a pesquisa das

Entre Amália Haensel e Maria Matilde Hasslocher, por exemplo, depreendem-se ligações familiares. A mãe de Amália, Ernesta Hasslocher Haensel, parece ter sido irmã ou prima de Germano Hasslocher, pai de Maria Matilde. Além disso, percebemos vestígios da proximidade familiar no fato de que Ernesta foi escolhida por Amália para ser madrinha em seu casamento com Artemon Mazon (AHCMPA – Ano: 1885, nº 338, caixa: 317, noivo: Artemon Mazon, noiva: Maria Matilde Hasslocher). As famílias Haensel e Hasslocher nutriam, além dos laços sanguíneos, laços econômicos. Frederico Haensel (pai de Amália) tornou-se sócio do avô de sua esposa, Nicolau Hasslocher, na empresa conhecida como Haensel & Hasslocher, uma das proprietárias do vapor Guaíba. Essa união, tanto a matrimonial quanto a econômica, representou a união de duas famílias de imigração alemã (PIASSINI, 2017, p.86).

Conexões de outras naturezas também eram compartilhadas pelas integrantes do coletivo de abolicionistas de Porto Alegre. Frederico Haensel e Carlos Von Koseritz, respectivamente pais de Amália Haensel e de Carolina von Kosertiz, foram ambos imigrantes alemães que vieram ao Brasil como legionários contratados para atuarem na Guerra do Paraguai a serviço do império brasileiro (integraram a Legião Alemã de soldados *Brummer*) e primeiros deputados provinciais do Rio Grande do Sul de origem alemã (PIASSINI, 2017, p.15). Portanto, compartilhavam e conviviam na cena pública de Porto Alegre, fatos que, mesmo indiretamente, atingiam suas famílias.

Sobre Carolina Von Koseritz, sabemos que nasceu em Porto Alegre, no dia 23 de outubro de 1864, sendo a mais velha das quatro filhas de Carlos Von Kosertiz e Zeferina Von Kosertiz. É reconhecida como “contista, tradutora, jornalista, abolicionista” (FLORES, 1999, p.260). Ao longo de sua vida casou-se duas vezes, primeiro em 1892 com Rodolfo Brasil, com quem teve dois filhos (Carlos e João), mais tarde com Mario de Sá, cuja união frutificou duas filhas (Aurea e Ísis) e dois filhos (Celso e Estério)⁹. Carolina tornou-se numa mulher cujo reconhecimento ultrapassou os limites regionais devido a sua grande atividade literária, uma vez que é possível encontrar notícias de suas traduções e os consequentes elogios as mesmas em periódicos do Rio Grande do Sul, como n’ *A Federação*, e do Rio de Janeiro, como na *Jornal do Comércio*, na *Gazeta de*

abolicionistas aqui relatada. Afinal, pode-se constatar essas mulheres participando tanto de redes transatlânticas como de outras de caráter nacional, com ativistas de outras províncias do Império.

⁹ Boa parte das informações genealógicas da família Kosertiz e, especificamente, sobre Carolina foram fornecidas pelo arquivo privado de sua trisneta Silvia Kaercher.

Notícias e no *Mercantil*¹⁰. Além disso, se encontram contos de autoria de Carolina, como no jornal *A Família* (RJ), e noutros do *Jornal do Comércio* (POA)¹¹.

Como podemos perceber, a imagem sobre as mulheres abolicionistas de Porto Alegre que desponta das fontes analisadas é a de que se tratam de filhas de escritores, jornalistas, políticas e militares. Assim, integrantes de famílias das classes médias e altas urbanas de Porto Alegre sendo, portanto, brancas ou *socialmente* brancas. Tinham acesso também à cultura letrada, dada suas posições socioeconômicas privilegiadas e a existência de artistas, escritoras e professoras entre elas. Enquanto abolicionistas, eram jovens com cerca de 20 anos solteiras ou recém-casadas ou em vias disso. Apesar desses serem os traços mais comuns e evidentes entre as personagens já pesquisadas, já temos conhecimento de perfis dissonantes entre o grupo. Um exemplo é a abolicionista Isabel Perpetua Gonçalves de Medeiros. Na época da abolição ela já era viúva do Major Manoel Alves de Medeiros há dez anos. No inventário do marido, consta que Isabel herdou propriedades rurais em São José do Camaquã e em Triunfo, imóveis urbanos em Porto Alegre e seis escravizados - bens dos quais ela se tornou a administradora (APERS - Data, 01/01/1874, nº483, inventariado: Major Manoel Alves de Medeiros, inventariante: Isabel Perpetua Gonçalves de Medeiros).

Considerações finais

Enfim, todas as reflexões teórico-metodológicas realizadas a partir dos arsenais da micro e da história global contribuíram para um adensamento da pesquisa sobre as abolicionistas porto-alegrenses. Foi possível perceber que as aproximações à micro-história são mais concretas, dada a utilização do método onomástico e da pesquisa das racionalidades individuais e coletivas do dito grupo. Enquanto que, por outro lado, as

¹⁰ Entre suas traduções mais famosas estão: *Hernann e Dorotéa* (1884) de Goethe, *Relíquias vivas* de Turguenef, *O grilo da Lareira* (1986), de Charles Dickens, *Manfredo*, *Mazzepa* e *Oscar D'Alva*, contos de Lord Bryon.

Algumas das publicações noticiando as traduções de Carolina podem ser encontradas nas edições: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 02 de abril de 1888, p.01; *Gazeta Literária*, Rio de Janeiro, 31 de março de 1888, p.253-253; *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1883, p.07; *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 15 de março de 1885, p.03 *Mercantil*, Petrópolis, 06 de agosto de 1884, p.1.

¹¹ Ainda não consultamos os contos escritos e publicados por Carolina nesse jornal, mas segundo Flores (1999, p.260) alguns de seus títulos são: *A vingança das flores*, *A flor fenecida* (1886), *Uma dor de cabeça* (1886), *A freira e o leito nupcial* (1887).

reflexões inspiradas na História Global constituem mais em possibilidades que puderam ser pensadas a partir de vestígios ainda muito frágeis.

Abreviaturas

AHPAMV – Arquivo Histórico de *Porto Alegre* Moysés Vellinho

AHCMPA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

Referências

ALONSO, Angela. Associativismo avant la lettre – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. *Sociologias*, ano 13, n. 28, 2011.

AZEVEDO, Célia Marinho. O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, v.30, p.151-162, Dez. 1996.

BARROS, José D'Assunção. "Histórias cruzadas: considerações sobre uma nova modalidade baseada em procedimentos relacionais". In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 277-310, dez. 2014.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína; (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 183-191, 1998.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. Sinais: raízes e um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.143-179.

FLORES, Hilda Agnes Hübner Flores. *Dicionário de mulheres*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1999.

FONTES, Rosa Ângela (org.). *Logradouros públicos em Porto Alegre: presença feminina na denominação*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2007.

FUENTE, Maria Jesús. Cruzando el umbral: mujeres em el proceso de paso del espacio privado al público. In: HUGUET, Montserrat; MARIN, Carmen González (editoras). *Género Y Espacio Público: nueve ensayos*. Madrid: Grupo Kóre de Estudios de Género, Universidad Carlos III de Madrid. 2008, p.80-102.

HARTOG, François. "Experiência do tempo: da história universal à história global?". In: *história, histórias*. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013. p. 164-179.

KARSBURG, Alexandre. "A Micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias". In: Maíra Ines Vendrame; Alexandre Karsburg; Beatriz Weber; Luis Augusto Farinatti (orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 32-52.

KITTLESON, Roger A. *The Problem of the People: popular classes and the social construction of ideas in Porto Alegre, Brazil, 1846-1893*. (Tese de Doutorado). Madison / Wisconsin (EUA), Graduate School of the University of Wisconsin-Madison, 1997.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. "O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar". *Revista Tempo*. Niterói, RJ, Vol. 20, 2014, 20p.

LIMA, Henrique Espada. "Micro-história". In: CARDOSO, Ciro F.; VANIFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 207-223.

MACENA, Fabiana Francisca, MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Entre bailes, saraus e outras festas: protagonismo das mulheres no abolicionismo mineiro oitocentista. *Dimensões*. v. 38, jan/jun. 2017, p.47-68.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os Homens de Bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

PIASSINI, Carlos Eduardo. *Imigração alemã e política*. Os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Haensel, Bruggen e Bartholomany. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.

RAMELLA, Franco. "Por um uso fuerte del concepto de red en los estúdios migratórios". In: BJERG, María; OTERO, Hermán (compiladores). *Immigración y redes sociales em la Argentina Moderna*. Buenos Aires: CEMLA, 1995, p. 9-22.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In. _____. *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.15-38

SANTOS JR., João Júlio Gomes dos; GOLDFELD, Monique Sochaczewski. "História Global: um empreendimento intelectual em curso". In: *Tempo* (Revista do Departamento de História da UFF), v. 23, p. 483-502, 2017.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR, v. 19, n. 39, p. 115, 2011.

TRIVELLATO, Francesca. "Is there a future for Italian Microhistory in the Age of Global History?" *California Italian Studies*, 2(1).Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/0z94n9hq#author>.

VENDRAME, Máira. *O poder na aldeia*. São Leopoldo: Editora Oikos, 2016.

VENGOA, Hugo Fazio. "La historia global y su conveniencia para el estudio del pasado y del presente". *História Crítica*. Edição Especial. Bogotá, Noviembre 2009, pp. 300-319.

ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 06, n.3, ano. VI, p1-16, jul./ago./set. 2009.

Enviado em: 22.11.2018

Aceito em: 06.08.2019